

**PAUTA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina deliberará sobre as seguintes matérias na reunião do dia **10/06/2025**, às **10h30**, no **Centro Cultural UNOESC, no município de São Miguel do Oeste**:

1 – PL n. 172/2025

Autor: Deputado Mauricio Peixer (PL)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

O projeto regulamenta o uso de veículos elétricos, de pequeno porte, no trânsito estadual.

De acordo com a proposta, a circulação será permitida nos seguintes locais: a) ciclovias e ciclofaixas, assim consideradas as devidamente sinalizadas pelo Poder Público; b) nas vias urbanas de trânsito local e c) nas calçadas, apenas para aqueles cuja velocidade máxima não ultrapasse 10 Km/h.

Contudo, os veículos de pequeno porte estarão impedidos de circular nas vias de trânsito rápido e nas rodovias estaduais.

Além disso, a circulação está condicionada à existência dos seguintes equipamentos nos veículos: indicador de velocidade; campainha; sinalização noturna dianteira, traseira e lateral; retrovisores em ambos os lados e, por fim, pneus em condições adequadas de segurança.

Para esses fins, são considerados veículos de pequeno porte: a) bicicletas elétricas com potência máxima de 350 watts e velocidade máxima de 25 km/h; b) patinetes e skates elétricos com dimensão similar às de uma cadeira elétrica; c) ciclomotores elétricos com potência máxima de 4 Kw e velocidade não superior a 50 km/h.

2 – PL n. 115/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

A medida estabelece diretrizes para o atendimento inicial, pelos profissionais de segurança pública, aos adolescentes a quem se atribua a autoria de ato infracional.

Dentre as medidas a serem observadas pelos policiais militares e civis no trato do adolescente está a proibição de transporte em compartimentos fechados ou inseguros.

Já no caso de apreensão judicial do adolescente, este deverá ser imediatamente encaminhado à autoridade competente.

Se forem pegos em flagrante com violência ou grave ameaça, a família dos adolescentes será imediatamente comunicada, lavrado auto de apreensão com depoimentos e provas, assim como apreendidos os objetos relacionados ao ato infracional.

3 – PL n. 233/2019

Autor: Deputado Volnei Weber (MDB)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposta obriga as instituições hospitalares filantrópicas ou privadas que utilizam recursos públicos a manter página eletrônica de transparência na *internet*. Se não o fizer, o beneficiado estará impedido de firmar convênios e receber repasses financeiros do Poder Público.

4 - PL n. 523/2024

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A medida cria o programa estadual de identificação, preservação e recuperação das nascentes de lençóis freáticos em todo o estado, com o objetivo de proteger os recursos hídricos e garantir o abastecimento para gerações atuais e futuras.

5 - PL n. 92/2021

Autor: Deputado Fabiano da Luz (PT)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta institui o programa estadual de renda básica, com o objetivo de assegurar aos habitantes residentes no estado o recebimento de benefício monetário, a ser pago em valor mínimo suficiente para garantir a subsistência do beneficiário.

6- PL n. 542/2024

Autor: Deputado Pepê Collaço (PP)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposição pretende a inclusão das disciplinas Educação Moral e Cívica no currículo das escolas públicas e privadas do estado, a ser ministrada em horário regular.

A intenção da medida é difundir e tornar compreensível os fundamentos da República Federativa do Brasil, estimulando o aprendizado e o exercício da cidadania, desde os bancos escolares.

7 - PL n. 160/2025

Autor: Deputado Fernando Krelling (MDB)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto obriga a execução semanal do Hino Nacional antes da entrada na sala de aula do ensino médio e fundamental e no início de eventos escolares esportivos.

8 - PL n. 208/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto cria a central de videochamada em Libras (Língua Brasileira de Sinais) para o acesso aos serviços públicos.

A medida busca a inclusão das pessoas surdas e com deficiência auditiva aos serviços públicos no estado, disponibilizando recursos escritos e visuais de linguagem para garantir a compreensão das informações.

Dentre as áreas atendidas estão: saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública, além do acesso a informações sobre políticas públicas e programas de governo, bem como a solicitação de documentos e registro essenciais para a população.

9 - PL n. 191/2025

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)

A proposta cria o cadastro estadual de pessoas condenadas por decisão judicial em razão de maus-tratos de animais, no estado, com o objetivo de disseminar os nomes dos infratores e reprimir essas práticas.

10 - PL n. 209/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A medida autoriza a criação do Programa Educacional Fim de Jogo, pela Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de conscientizar crianças e adolescentes sobre os malefícios dos jogos de azar e apostas, promovendo ações educativas e preventivas.

11 - PL n. 201/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauricio Peixer (PL)

O projeto cria o Programa Estadual de Proteção e Educação em Privacidade e Dados Pessoais, com a finalidade de desenvolver ações educativas e campanhas de conscientização sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a importância da sua observância pelas empresas e órgãos públicos, no estado.

12 - PL n. 332/2025

Autor: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A medida assegura a meia-entrada para doadores de rins, parte do fígado ou medula óssea em eventos culturais no âmbito estadual.

13 – PL n. 577/2024

Autor: Deputado Fabiano da Luz (PT)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto isenta do pagamento de IPVA os veículos a partir de 15 anos de sua fabricação.

14 – PL n. 7/2025

Autor: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto permite que sejam considerados como endereço fiscal os escritórios de uso compartilhado denominados *coworkings*.

Todavia, para assim serem considerados, os espaços de trabalho deverão atender alguns requisitos, tais como: a) estarem registrados formalmente como prestadores de serviços, b) alvará de funcionamento e, ainda, c) dados das empresas que utilizam o espaço e de seu responsável legal.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-3112